

O ensino da História e Cultura afro-brasileira na escola estadual do município de Governador Mangabeira -Ba

Letícia Brandão de Jesus¹
Jorge Luiz Ribeiro de Vasconcelos²

Resumo: O presente estudo traz o enfoque sobre o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Escola Estadual Professor Edgard Santos, do município de Governador Mangabeira-BA. Buscou-se investigar como os educadores/as que atuam nessa área de ensino lidam com a questão das manifestações e práticas culturais afro-brasileiras, dando ênfase à história local e regional. Dessa maneira, os objetivos desse trabalho foram: destacar a influência da Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 no ensino de História na escola pública, além da aplicabilidade da lei vigente na sala de aula, identificar como os professores abordam esta temática e realizar o levantamento dos materiais didáticos utilizados em sala de aula. Como sujeitos de pesquisa escolheu-se dois educadores que compõem o corpo docente no ensino de História. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. Conclui-se que os professores abordam na prática educativa os avanços das leis em estudo.

Palavras-chave: História; Cultura Afro-Brasileira; Professor.

***Abstract:** This study focuses on the teaching of Afro-Brazilian History and Culture at the Professor Edgard Santos State School of Governador Mangabeira-BA. Seeking to investigate how educators working in this type of teaching deal with the issue of manifestations and cultural practices Afro-Brazilian, emphasizing the local history and region of the municipality. Thus, the aim of this paper will be to highlight the influence of Law No. 10.639 / 03 and Law No. 11.645 / 08 in the teaching of history in state schools, in addition to the applicability of the law in the classroom, identify how teachers approach this theme. and survey the teaching materials used in the classroom. As research subjects were chosen two educators that make up the faculty in the teaching of history, in order to analyze their discourses and the construction of pedagogies, the data collection instruments used were the semi-structured interview.*

Keywords: History; Afro-Brazilian Culture; Teacher.

1.Introdução

Sabe-se da importância de se discutir sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Essa temática entra em vigor com a Lei nº10.639/03, que posteriormente foi modificada para Lei nº11.645/08 com a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos centros educacionais sejam eles municipais, estaduais, federais ou privados desde a Educação Básica. Essa mudança é relevante para a conquista patrimonial e cultural da religiosidade africana e os estudos referentes a sua emancipação no território colonizado.

Dentre as modificações na implantação da Lei nº11.645/08, o parágrafo 1 do artigo 26-A menciona que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008).

A partir de 2003, com a efetivação da lei nº10.639/03 e a lei nº 11.645/08, foi introduzida a reflexão sobre os povos indígenas, abrangendo novas conquistas nos espaços acadêmicos, editoriais, escolas e em eventos. Ressalta-se também a necessidade de incentivo através de políticas públicas direcionadas a essas temáticas, destinando verbas que viabilizem a concretização das ações. Considera-se áreas ligadas ao campo profissional: formação de professores da educação básica, o ensino técnico à História como patrimônio, arquivos e pesquisa.

Além da parte financeira precisa haver subsídios teóricos e de atividades complementares ao ensino, através da reformulação dos livros didáticos apresentada no Guia PNLD/2014/Ensino Fundamental/Séries Finais:

A contribuição dos afrodescendentes na formação da sociedade brasileira é destacada durante a vigência do sistema escravista, como força de trabalho. Após a Abolição, as narrativas dedicadas a esse tema restringem-se as manifestações culturais. Na breve menção ao Movimento Negro brasileiro e aos brasileiros afrodescendentes que se destacaram no mundo das artes, não se informa como atuaram no campo político, ou sobre suas vitórias e derrotas na luta contra a desigualdade e a discriminação. (BRASIL,2013, p.54)

Nesse contexto da aplicação da Leis nº10.639/03 e nº 11.645/08, é necessário compreender a trajetória do Movimento Negro no Brasil e o processo que reintegra o negro escravo como o homem livre para exercer sua cidadania na sociedade. Porém, a questão da liberdade não transparece um mero símbolo de igualdade, pois há as dificuldades de conquista de espaço, imagem, identidade, emprego e o direito à terra, seguidas de inúmeras dificuldades vigentes até os dias atuais.

Logo após a Lei Áurea, com o fim da escravidão e comercialização dos escravos, iniciou-se um processo árduo na integração do negro no mercado de trabalho, sua independência e inserção na sociedade. Nesse contexto, o preconceito se intensificou juntamente com a desigualdade social e as segregações raciais no país. A partir das décadas de 70 e 80 surgem as premissas pela luta dos jovens negros, em formar associações, comunidades e ONG's na causa pelo Movimento Negro.

[...] muito do que sabemos e do que tem sido desvelado sobre o papel da negra e do negro no Brasil, as estratégias de conhecimento desenvolvidas pela população negra, os conhecimentos sobre as relações raciais e as questões da diáspora africana, que hoje fazem parte das preocupações teóricas das diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, só passaram a receber o devido valor epistemológico e político devido à forte atuação do Movimento Negro (GOMES,2017 p. 17).

A invisibilidade do povo negro e as áreas que configuram espaços de resistência e luta como os quilombos, a desvalorização da cultura e civilização africana carrega um conjunto de sentimentos e discriminações que interferem nos aspectos: social, econômico, religioso e étnico-racial. Negar a importância do Movimento Negro e dos quilombos é simplesmente ignorar a trajetória da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, das contribuições de identidades e pertencimentos no presente lugar colonizado.

Discutir a questão do negro na sociedade brasileira, no contexto escolar, é marcado por avanços significativos. Mas, há o que se muito trabalhar quando se trata de: representatividade, o empoderamento negro, a participação ativa dos negros na construção oficial da civilização, cidadania e política. Assim, os alunos precisam compreender o processo de diferenças econômicas e raciais, discriminação por classe, exclusão social, dentre outras formas de preconceito e racismo ligados à imagem do negro.

Dessa forma, o apoio do poder público na contribuição do arrecadamento de investimento no ensino, é fundamental. A escola cabe investir na aplicabilidade da interdisciplinaridade dos conteúdos curriculares, para suprir as necessidades da efetivação das leis em estudo, fazendo cumprir o que a Constituição Brasileira determina:

[...] o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. (BRASIL, 2010, p.15).

Desse modo, o estudo e discussão das leis de 2003 e 2008 abordam a identidade negra, caracterizada por recorrente silenciamento, indiferença, preconceito e discriminação racial. Desconstruir esses estereótipos na escola é uma tarefa processual, com base em etapas educativas que buscam o pertencimento, reconhecimento de si, corporeidade e percepção de um olhar diferente com o outro. Assim, desenvolver atividades que melhorem o desenvolvimento cognitivo e social dos educandos, transformando em cidadãos críticos e conscientes dos seus atos na sociedade.

2.Objetivo geral e específico

Para o desenvolvimento da pesquisa foram desenvolvidos os seguintes objetivos.

2.1 Geral

Destacar a eficácia das Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 no ensino de História na escola estadual do município de Governador Mangabeira-BA.

2.2 Específicos

Estudar a aplicabilidade da lei vigente na sala de aula e os processos de construção.

Identificar como os professores abordam essa temática no ensino de História, contextualizando com as demais disciplinas.

Analisar os recursos e materiais didáticos utilizados pelos professores em sala de aula para o aprendizado do estudo da História e Cultura Afro- brasileira e Indígena.

3.Contextualização do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no ambiente escolar

A Pluralidade Cultural existente é fruto de um longo processo de integração entre aspectos políticos e econômicos, ligados a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais, formando um entrelaçado de influências recíprocas, em seu cotidiano e a constante elaboração e redefinição da identidade nacional.

A escola é um agente transformador, ela por meio de seus agentes pode transpor as vertentes dos paradigmas sociais existentes e demonstrar a real consequência das situações. No entanto, muitas vezes, ocorre o silenciamento e falta de informação, necessária para mudar a realidade ao seu redor, principalmente, para os alunos. O grande desafio da escola é trabalhar essas temáticas, respeitando e valorizando:

[...] as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997 p.121).

Aluno e professor precisam se unir nesses tempos de turbulência entre a democracia e a liberdade de expressão. A busca pela igualdade de direitos, o fim da discriminação e intolerância seja por religião, étnica, econômica, política, social e cultural é uma luta de todos. Lidar e respeitar as diferenças é essencial para o bem comum em uma sociedade.

Por outro lado, exercer a cidadania nos tempos atuais está se tornando cada vez mais difícil, a democracia parece não mais existir. O professor, muitas vezes, é desrespeitado na sala de aula e ainda tem que suportar o drama de ter suas aulas gravadas por câmeras de celular e sob ameaças. Ao se pronunciar, devemos ter mais cuidado e cautela nos termos e os meios de comunicação ao nosso redor. Infelizmente, o grau de intolerância e a violência atinge o convívio escolar e vem se tornando mais frequente entre os jovens.

As divergências encontradas no ambiente escolar são diversificadas, o preconceito e as desigualdades étnicas, sociais e econômicas são exorbitantes, notadamente na classe de baixa renda com frequente racismo e diferenças sociais. Apesar do esforço da direção escolar juntamente com professores, os recursos didáticos e a infraestrutura nas escolas públicas são precárias e em alguns casos insalubres. Em locais mais afastados dos centros urbanos, a

locomoção se torna mais difícil mesmo com a assistência do ônibus escolar, tornando-se restrito o acesso ao aprendizado.

As escolas públicas sofrem com o fornecimento de livros. Nos centros de ensino há a má distribuição de livros didáticos, quantidade insuficiente para demanda de alunos ou simplesmente a conservação e conscientização dos alunos para devolução, já que no ano seguinte será reutilizado. Enfim, há uma série de fatores que resultam na precariedade do ensino público e intensifica o grau de desigualdades.

Falar sobre raça, cor, classes requer estudo das relações raciais. O termo “raça” é um conceito que não possui realidade natural, ao contrário, é uma forma de classificação social, vem do comportamento social, de valores, interesses, princípios da realidade social.

Ao negro é atribuído a conotação negativa, em forma de preconceito e racismo predominante, característico do período colonial e resultante das diferenças sociais. Os negros convivem diariamente com as atitudes e formas de repúdio, seguido de paradigmas sociais que beneficiem a classe dominante da hierarquia. Essa situação não é fácil, é algo árduo e que traz muitos preconceitos e transtornos psíquicos, étnicos, morais que violam os direitos humanos.

Ser negro, indígena, descendente quilombola, afrodescendente ou com deficiência, no Brasil é ser pertinente e atrevido para cada conquista alcançada. É preciso lutar, fazer movimentos, ser sindicalistas e buscar por melhoria das leis e direitos humanos diariamente, para conquistar espaços considerados elitizados, quebrar as barreiras da desigualdade e diferenças raciais, culturais, étnica, socioeconômica e política.

Por isso, a importância do empenho dos professores e da escola, na caminhada por uma sociedade justa e igualitária, fazendo a realização da lei vigente 10.639/03 e 11.645/08, na elaboração do Projeto Político Pedagógico e nos Guias Curriculares, em constante integração e adequação a realidade e datas comemorativas no calendário escolar. A pluralidade cultural e o exercer da cidadania são fundamentais para abordar essa temática da inserção da “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”.

Os questionamentos, tabus, a história propriamente dita precisam ser discutidos em um processo de círculo de debates e conversas, sejam estas dentro da unidade escolar ou aberta a comunidade em eventos, palestras ou seminários, em um contexto de interdisciplinaridade e, principalmente, a relevância da interligação do contexto passado histórico com o atual.

Para tanto, o planejamento da aula e as tarefas acerca do calendário escolar precisam ser feitos em conjunto com as demais disciplinas, com atenção e ressalvas para propor novas medidas de aprendizado e compreensão pelos alunos “[...] reconstruir a imagem no negro, de

suas lutas e de sua verdadeira contribuição na formação do povo brasileiro, qualidades que ainda não são atribuídas aos nossos ancestrais nos livros didáticos existentes” (SILVA, 1995 p.65).

Nesse contexto, a escola pode contar com as diferentes formas de comunicação: virtual (internet), da escrita, da oral, visual (vídeos, filmes e imagens), gestos, mímicas, danças, libras, músicas, dentre outras, direcionadas e integradas ao ensino durante o ano letivo, destacando as pautas e principais reivindicações para uma sociedade igualitária, tendo propostas e oportunizando o conhecimento sem privilégios.

4. A inserção das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no ambiente escolar

Falar na escola sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira remete inquietações e o despertar da criticidade dos alunos, a respeito de um tema tão peculiar, principalmente, no respaldo quanto à educação das relações étnico-raciais, a grade curricular de ensino e a prática da ausência, “silenciamento” aos conteúdos ligados à temática.

A partir da Lei 10.639/2003 com base nas diretrizes ao ensino e aprendizagem, a obrigatoriedade frente a essa temática obteve um novo olhar. Diante desse cenário, será que os professores estão aplicando esse assunto de forma interdisciplinar e didático em sala de aula?

Sendo assim, busca-se, através dos professores, juntamente com a direção e os que estão envolvidos no convívio escolar, aplicar medidas cabíveis para a prática e êxito dessa nova lei no ambiente escolar. Discutir essa problemática, de maneira transversal e multidisciplinar exige uma reforma no planejamento pedagógico e curricular. Para tanto, há a necessidade de ferramentas e o conhecimento específicos, direcionados a uma aprendizagem significativa.

É preciso compreender a demanda de políticas de ações afirmativas, no sentido da reparação, reconhecimento e valorização. Há toda uma discussão do papel do Estado quanto a execução, mas depende do envolvimento de cada cidadão. Sabe-se que somos um país miscigenado e, de certa forma, a maioria da sociedade carrega consigo os traços da identidade negra que enfrenta diariamente contra o preconceito, racismo, desigualdade social e intolerância religiosa.

Considerar-se negro ou afrodescendente remete uma identidade própria de pertencimento ao povo e cultura de origem africana. A representatividade da identidade negra vem se expandindo e tornando-se importante na luta e perseverança da História e cultura

Africana. De acordo com (PINHO, 2010, p.164) “[...] a cultura é o sustentáculo de um arranjo político e econômico que se reproduz desigualmente ao tempo em que ideologiza as diferenças sociais como diferenças naturais-culturais.”

As demandas sociais refletem as desigualdades entre periferias, subúrbios, em controvérsia a classe alta, esta que faz uma crítica, nega o racismo em práticas educacionais, nas políticas curriculares e no paradigma da igualdade e universalidade da educação. Sabe-se que preconceito racial é presente, o ensino público é precário e as dificuldades socioeconômicas são eminentes, principalmente, dentro da classe baixa.

Valorizar a diversidade e o empoderamento negro na cultura e dentre outros espaços sociais é importante para valorização e reconhecimento do povo negro. O debate sobre essa temática é preciso desde as séries iniciais, refletindo de maneira crítica sobre a religião, o resgate a nossos descendentes, a origem e conhecimentos da cultura de um povo tão sofrido, que foram escravizados e torturados. Muitos relatos, documentários, filmes, livros descrevem a emocionante trajetória da história africana em nosso país e podem ser trabalhados e discutidos em sala de aula.

Contudo, no processo de inserção e inclusão e a formação de atitudes éticas evidenciam as representações estereotipadas no material didático sem a produção suficiente da educação das relações étnico-raciais, reforçando o racismo eminente no convívio social. São livros didáticos que negam as possíveis mudanças dos conceitos a partir da avaliação do Programa Nacional do Livro Didático/PNLD.

O Ensino básico ainda perpassa pela carência da construção do conhecimento histórico e social, principalmente, no tocante à integração desses conteúdos de forma transversal e interdisciplinar, contextualizando de maneira autônoma a visão crítica dos estudantes. Nesse sentido, Laville aponta:

Enquanto na maioria dos países se diz que o objetivo do ensino da história é desenvolver nos alunos as capacidades de que o cidadão precisa para participar da sociedade de maneira autônoma e refletida, o ensino da história, ainda é, muitas vezes, reduzido a uma narrativa fechada, destinada a moldar as consciências e a ditar as obrigações e comportamentos para com a nação (LAVILLE,1999,p.135).

A formação dos alunos como sujeitos históricos, com conteúdos apropriados a cada série correspondente, demanda de uma tarefa difícil. Para isso, a seleção dos livros didáticos passa por critérios, com propostas curriculares e intervenção pedagógica. Ressalta-se que essa possível liberdade de expressão, frente à renovação das temáticas e a inclusão de novos

estudos, aconteceu em meados do século XX, através da contribuição de autores como Vygotsky, por meio de uma aprendizagem significativa, atraente e inovadora como afirma Circe Bittencourt:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho, lazer – e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. CIRCE BITTENCOURT (2004, p.168)

Identificar as vertentes que causam dificuldades na compreensão dos alunos é necessário para uma aprendizagem eficaz e educativa. Será que o ensino de História, está sendo de forma satisfatória quanto a informação educacional transversal?

Esse entendimento de como ensinar história pode levar a um ensino que não desenvolve algo muito importante enquanto função de ensino de história que é orientar os problemas da vida prática (RUSEN,2001). Isso implica dizer que os professores proporcionem vivências com outros espaços, e demais disciplinas, tornando o conhecimento enriquecedor para a prática no cotidiano, tendo argumentos e subsídios quando alguém o julgar como errado ou com discriminação. É através da educação que tornamos pessoas intelectuais, críticas e participativas nas decisões cidadãs, buscando pela igualdade de direitos e respeito as diferenças.

É comum verificar um modelo que valorize os fatos históricos da Europa e demais países. Por muitos anos o ensino de História foi visto dessa forma como o centro do conhecimento científico. Contudo, a transição dessa visão e paradigma pode ser trabalhada através de metodologias de ensino, proporcionar a reflexão do produtor de memória e dialogar sobre as possibilidades do próprio aluno ser construtor da História. As novas tecnologias da informação podem ser inseridas no processo de ensino como ferramenta, facilitando a construção do conhecimento transformador e contemporâneo, em tempo real.

O estudo da transversalidade e a sua aplicabilidade na Educação permite o engajamento com as demais disciplinas e temáticas, através dos PCNs. A partir desse ponto de vista, que retoma a continuação dessa temática em pauta com a implantação da Lei nº11.645/2008 nas Leis de Diretrizes e Bases na Educação Brasileira inclui como obrigatoriedade no ensino básico, a história e a cultura dos índios brasileiros, reiterando a lei nº 10.639/03 como fator em destaque as definições étnico racial indígena juntamente com os povos africanos.

A construção desse conhecimento deve ser de maneira processual, acompanhando a História do Brasil. É notório verificar no ambiente educacional a sistematização dos conteúdos de História, partindo dos pressupostos de superioridade e inferioridade, da obediência, submissão e luta contra a dominação e escravização do povo negro. Para isso mudar é necessária a valorização dos saberes da África “[...] para que se formem atitudes de respeito a partir do reconhecimento, da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade”. (SILVA, p.2005, p.158). Essa pauta necessita ser discutida em sala de aula, com base nos estudos da descendência da cultura negra e de seus afrodescendentes.

Como base na elaboração da Lei nº 10.639/03 o movimento negro foi destacado dentro do ambiente educacional nos espaços formais e não formais. Conforme as ideias de Nascimento (2002, p.262), sobre o tema “[...] os negros têm como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, nas igualdades e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade: uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo”. Nessa perspectiva, ressalta-se buscar a evolução na identidade cultural e étnica, resgatando valores, crenças, costumes e pertencimento ao continente da África.

Estuda-se assim o “movimento negro” ligado a uma visão política-ideológica marcada por disposições sociais. Nesse ensejo, o movimento negro compreende que:

[...] todas as entidades ou indivíduos que lutaram e lutam pela sua liberdade, desenvolvem estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam, reivindicam e desenvolvem ações concretas para a sua conquista dos direitos fundamentais na sociedade (SILVA, 2002, p.140).

A emancipação da conquista dos direitos humanos está inserida na lei constitucional federativa do Brasil, esse recurso é um meio de defesa e unanimidade dos povos, sem distinção. Nesse sentido, para Gomes (2005, p.54), sobre as políticas do movimento negro, ao combate das “[...] práticas discriminatórias, embutidas nas relações hierárquicas raciais dentro e fora da escola e na produção de material didático escolar”. Ao discutir essa temática procura-se diminuir as desigualdades sociais e étnico-raciais no espaço educacional.

É importante promover propostas pedagógicas e sociais, problematizar questões e tratar as invisibilidades e silenciosidades, a partir da visão de valorização desses saberes. Valoriza-se o papel do professor como agente protagonista para as causas educativas. Assim, vale destacar que:

É notório que as instituições e a sociedade em geral estão a requerer muito do trabalho do professor, embora nem sempre se questionem as possibilidades e condições de se efetivarem as inúmeras responsabilidades a ele atribuídas, (pois) essas responsabilidades, geralmente de difícil consecução, nem sempre estão definidas com clareza.(CAMPELO, 2001,p.49).

Diante do processo epistêmico e convencional das relações de estudo sobre as questões raciais, movimento negro, identidade cultural, empoderamento e entre outros que se destaca a responsabilidade designada ao professor. Porém, sua atuação perpassa pelos limites e orientações da atividade acadêmica, inclui direcionamentos em torno da comunidade, cabendo ao educador novas práticas e metodologias de aprendizagem, tanto no ensino básico e como no espaço universitário.

5. Metodologia

O presente artigo foi desenvolvido a partir de um projeto de pesquisa do campo qualitativo e bibliográfico que teve como objetivo central: Destacar a eficácia das Lei nº 10.639/03 e a Lei nº 11.645/08 no ensino de História na escola estadual do município de Governador Mangabeira-BA, colocando em questão o papel do professor na transposição do assunto, forma e integração que o profissional interage com os alunos.

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Professor Edgard Santos, no município de Governador Mangabeira – BA, situada na sede, no ano de 2019. A coleta de dados ocorreu através de uma pesquisa investigativa entre os professores. Observou-se as estratégias desenvolvidas por eles para dialogar e conduzirem a respeito das culturas afro-brasileiras e indígenas, diversidade cultural e história local bem como a preparação dos professores para lidar e questionar sobre as principais relevâncias do cotidiano.

Realizou-se uma entrevista semiestruturada que analisou a temática, com o espaço escolar e família. É importante ressaltar que as perguntas investigativas foram direcionadas para compreender a didática e intermediação de como o docente aborda o conteúdo

O levantamento dos dados consistiu na análise das leis vigentes nº 10.639/03 e nº11.645/08, analisar o empenho dos professores na execução dessa lei em prática escolar. Outro ponto de reflexão é a elaboração do Projeto político-pedagógico (PPP) que organiza o trabalho pedagógico bem como o Plano de Trabalho Docente (PTD), no qual professoras (es)

expressam como pretendem desenvolver metodologicamente suas aulas durante todo o ano letivo.

Para a análise, ressalta-se também a reforma da LDB com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e as DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), formando um conjunto de ações do governo para uma educação igualitária com propostas complementares, promovendo a reeducação das relações étnico-raciais e o combate ao racismo.

6. O olhar do professor diante o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira em sala de aula

A escola onde a pesquisa foi realizada está localizada no centro de Governador Mangabeira-BA, é considerada de grande porte e funciona atendendo alunos do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para o desenvolvimento do estudo sobre as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 foram realizadas entrevistas com dois professores de História com formação na área e que possuem pós-graduação em História e Cultura Afro-Brasileira. Vale destacar que um dos professores ensina na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando os padrões de ensino nas variadas linhas de aprendizagem.

Baseando-se nos padrões éticos de pesquisa, os nomes dos professores não são revelados. Eles serão denominados professor X e professor Y, ambos possuem vários anos de vivência em sala de aula. Percebeu-se que o professor X é um educador participativo e integrador em todos os eventos que perpassa na escola, com a elaboração de projetos e colaboração em diversos setores ligados à Educação na situada unidade escolar. O professor Y possui experiência na Educação de Jovens e Adultos, suscitando várias pautas do ensino noturno, tendo especialidade também no Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

As práticas dos professores são apresentadas nesse trabalho através das análises da entrevista semiestruturada. Para o corpo do texto desse artigo, a pesquisadora em questão adotou uma transcrição simples, respeitando as respostas dos professores e suas variantes linguísticas para a situação de comunicação. Os sentimentos e intencionalidades das falas são representados pelos sinais de pontuação ou descrição entre parêntese.

A entrevista foi constituída de dez questões. Na primeira questão foi perguntado sobre a aplicabilidade das leis nº10.639/03 e nº11.645/08.

Pesquisadora: “Qual sua opinião referente a aplicabilidade das leis: nº10.639/03 e nº11.645/08 no ensino de História nas escolas estaduais? Quais mudanças trouxeram para a realidade escolar?”

Professor X:

Onde se coloca a possibilidade de trabalhar em sala de aula, essa ideia da história e cultura afro-brasileira- brasileira. E também, a história africana, então. (pausa) Eu acredito que a lei, ela tenha contribuído para uma reflexão mais ampla nas escolas estaduais, do ponto de vista de como estudar essas temáticas. Se referindo a nossa escola, nós fizemos nos últimos anos um trabalho muito interessante nesse sentido, nas diversas áreas, a respeito dessa condição de tornar isso viável para o aluno, tanto para o aluno, como para o professor, né? Desenvolvendo atividades em que a lei possa estar, do ponto de vista do ensino e ensino da cultura Afro.

O professor Y:

Essa lei assim como outras no campo da Educação tem tido impactos significativos no processo pedagógico do cotidiano escolar. Entretanto, essas duas leis ainda continuam sendo leis do campo da disputa curricular mesmo, entendeu?? (ênfase) O currículo como campo de disputa, como diz Thomas Tadeu da Silva um documento de identidade de trazer essas temáticas que venha perpassar o currículo, tem sido muito proveitosa pois, pegando a realidade do Edgar Santos, por exemplo.

O engraçado que a lei 10.639/03 ela é a primeira lei sancionada por Luís Inácio Lula da Silva, então, o presidente é o primeiro documento que assina, uma vez empossado Presidente da República. Então, é o acúmulo de muitas lutas.

Nesse sentido, torna-se evidente que ocorre um planejamento voltado para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira na presente escola. É possível notar que o professor X, reconhece a lei e busca associar ao conteúdo programático, a inserção desse tema, mediante as modificações significativas do currículo escolar através da interdisciplinaridade e transversalidade no contexto educacional.

Cabe ressaltar que o professor X retoma a importância da interdisciplinaridade no âmbito educacional, em especial, na integração. Questionados sobre a abordagem do Ensino da História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena na sala de aula, eles responderam:

Professor X:

Eu acho que deve evoluir mais, né? Do ponto de vista dessa ideia da interdisciplinaridade, das outras áreas também, se apropriar mais disso.”

O que eu acho o grande gargalho justamente esse, é preciso ampliar pra outras áreas essa ideia, matemática também trabalhar, o que é que acontece ciências naturais, química, física, até eu acho que a língua portuguesa, eu acho que pode ampliar um pouco mais, trabalhar literárias como Carolina, como Conceição Evaristo, eu acho que a gente pode ampliar isso, acho que isso ainda é um problema, entende.?!

O professor Y:

Olha! (pausa) Na minha prática docente essas questões elas estão presentes ao longo do currículo, não tem o momento, o dia D, a hora de. Essas abordagens, esses questionamentos, essas discussões, esses debates.” (2019)

Sobre iniciar os conteúdos com a abordagem da África Berço da Humanidade, seguido da importância de estudar a civilização Egípcia e todo o processo de Escravização do negro, juntamente com a integração das demais disciplinas curriculares, os professores responderam respectivamente:

Professor X:

Do ponto de vista de História, a gente trabalha várias temáticas, primeiro, no 1º Ano a gente trata muito do Egito, o Egito como uma civilização negra, isso é uma coisa muito interessante. Antes, da gente trabalhar Egito, a gente trabalha África como Berço da humanidade, aí a gente discute novos olhares sobre a África pra tentar desconstruir a ideia de uma África pobre, de uma África miserável, aquilo que a mídia passa, sobre aquela visão de África bem penosa, bem sofrida.

Então, a gente faz esse trabalho e mostra também a resistência do negro, a que o negro não aceitou a escravização. Então, a gente trabalha muito com os quilombos, a gente trabalha com a música, a gente trabalha com o candomblé, como forma de resistência.

O que é que nós temos no Brasil que é fruto dessa relação? Aí, a gente discute muito a questão cultural, né? E a questão também do conhecimento produzido, que nós absorvemos desses povos. E aí, no decorrer das temáticas a gente vai trabalhando também Impérios, a gente discute a questão do abolicionismo, lá no 3º Ano a gente discute a questão da descolonização da África. Então, tá tentando inserir sempre trazendo essa ponte com metodologias, análises de filmes, análises de músicas. Sabe? A gente traz.

Na entrevista fica claro que o professor X faz uma reflexão crítica da história do povo africano, resgatando uma trajetória dos séculos anteriores até os dias atuais, partindo do ponto de vista da civilização egípcia, como afirma Munanga:

No entanto, as mudanças provocadas pelas invasões não apagam as contribuições dos nativos na história dessas civilizações, como se tentou

fazer na historiografia ocidental colonial, ao negar a mão negra na civilização egípcia. Essa negação foi uma estratégia político-ideológica que visava rechaçar o negro no processo civilizatório universal [...], no entanto, esses fatos em toda sua objetividade estão ainda subestimados e ocultados no ensino da história. (2006, p.31).

Nesse panorama o professor X faz referência aos estereótipos e cita partes em destaque aos preconceitos e dificuldades referentes à temática, como a interdisciplinaridade.

Agora, eu acho que a grande dificuldade ainda é o que você mencionou a ideia da interdisciplinaridade. Eu acho que ainda falta, as outras áreas se apropriar mais dessa questão da lei dez mil.”

“Eu acho que a grande dificuldade hoje que nós temos ainda é a questão do preconceito, eu tenho uma grande dificuldade ainda, que eu tento trabalhar, é a questão religiosa ainda, entendeu?”

Nem seria a intolerância, mas os meninos ainda tem a ideia, por exemplo, que o candomblé é coisa do diabo, quando eu vou falar, por exemplo, eu falo muito pra eles, Exum não é diabo, só em falar de Exum em sala de aula, eles já tomam um susto. Eu acho que ainda nisso aí, a gente precisa evoluir um pouco nessa questão de se apropriar mais das religiões de matriz africana. Se bem que aqui no Edgar a gente já fez uma conquista interessante, que foi levar turmas ao terreiro de candomblé, entendeu? A gente já conseguiu isso aqui, de trabalhar com temáticas ligadas ao candomblé.

Professor Y:

Olha! Antigamente se dizia que não tinha material, têm material hoje, material em abundância. A grande dificuldade mesmo é no campo da disputa curricular, precisa disputar isso, mostrar permanentemente a relevância.

Falar sobre o currículo implica dizer sobre o papel do professor em ser interdisciplinar, com dimensões multicultural e intercultural, com propostas avaliativas, que condizem com a aprendizagem significativa do educando, com mecanismo de inclusão, através de metodologias nos princípios da diversidade, heterogeneidade e complexidade, dando suporte e subsídio de uma educação com eficiência, dinamismo e criticidade.

A escola ainda apresenta discriminação quanto a religião, crenças e costumes, ligada, principalmente, ao candomblé, umbanda e demais denominações, levando a aspectos negativos, com atitude de preconceito e repúdio. Nessa perspectiva, Silvério (2002, p.92) define como “o tratamento desigual de indivíduos com iguais características, baseado no grupo, classe ou categoria a que pertencem, e constitui-se um evidente desvio do ideal de igualdade de oportunidade.”

Conforme está mencionado na quarta questão em relação ao material didático e sugestões, o professor X revela que atende às necessidades ligada a temática. Portanto, supre os conteúdos para a implementação das Leis nº10.639/03 e nº11.645/08.

Não concordo, que material seja dificuldade, a gente tem material hoje pra caramba, na internet tem muito material, os livros didáticos evoluíram bastante, tem muita coisa.

Mas, o nosso livro eu acho bonzinho nessa questão, o livro de Bolus, podem evoluir mais ainda, fazer mais questões, entendeu? Mas ele traz leituras muito interessante, sobre Carolina, sobre o Movimento Negro.

O professor Y:

O livro didático não é um material, tô falando do livro didático de forma específica sempre vai ser limitado em diferentes aspectos. É preciso o professor, esse docente dentro do seu processo de prática pedagógica em sala de aula fazer sua mediação didática, fazer sua transposição didática, fazer seus enfrentamentos nesse campo, pra poder construir alternativas junto com esses estudantes. Inclusive, esses estudantes no centro desse processo, eles são a figura que em tese vão manusear este livro didático. De forma mais dinâmica, então precisa construir alternativas pra isso.

Mas, na verdade ele não é a centralidade hoje do processo não. Mas é como a pergunta é se ele contempla, se ele é adequado ao uso social, ele nunca vai estar plenamente porque é uma política pública nacional, só perde pra países como a China por exemplo. Inúmero material didático hoje, livro, o Brasil é um dos maiores programas no mundo. Então não vai dar conta desta diversidade.

O Plano Nacional de Livro Didático (PNLD) já insere a alteração feita na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), indicando a importância de selecionar exemplares que estejam de acordo às regras e normas, ressaltando que o professor assume a reponsabilidade de verificar os conteúdos de matriz africana e indígena, destacando o multiculturalismo/pluriculturalismo existentes na história do Brasil.

A quinta questão descreve sobre as atividades práticas e didáticas no ambiente escolar. Na entrevista, o professor X explica que a realização ocorre através de projetos como Feira de Ciências e da Consciência Negra e, também já conduziu algumas turmas do Ensino Médio para visita aos terreiros de candomblé do próprio município, citando o localizado na comunidade do Portão, conhecido como “Terreiro do Leopoldo”, aproximando os estudantes à realidade local e desconstruindo a visão marginalizada da cultura africana.

O professor Y explica a dificuldade de acesso por conta de o curso ser noturno.

Professor Y:

Isso é muito difícil, de segurança pública, é as mudanças de hábitos das pessoas durante a noite, de não tá indo pra determinados locais. É mais complicado, então a prática é, ao contrário a gente ir pra comunidade, a comunidade vem.

A sexta questão foi direcionada às vivências da cultura afro-brasileira e indígena, direcionando aos ambientes locais e do recôncavo baiano. O professor X faz a socialização com a comunidade, através de visitas ao Terreiro, e atividades de projetos voltados também à comunidade escolar e externa, com exposições e apresentações.

Professor X:

Fazemos os convites também, para que os alunos possam participar, inclusive a gente tem até os nossos projetos tem sido assim reconhecido em nível local, regional, por exemplo, nós fizemos e tá lá no site da UFRB, no blog da UFRB do curso de História que nós fizemos uma atividade pra gente não ficar essa ideia que a gente só realiza atividade em novembro. Mas, nas Feiras de Ciências e também em até trabalho de leituras, por exemplo eu coordenei um trabalho sobre o livro de Juvenal que é um dos professores da UFRB, o título do livro é uma “Conversa sobre as Áfricas”.

Aí, só foram acho que 2 vezes, sabe?? Porque aí tem resistência quando a gente fala disso, muito por influência do cristianismo, mas eu já tive turma também que topou fazer um trabalho na consciência negra né? Sobre o candomblé de Leopoldo, eles apresentaram isso, eles fizeram apresentação musical muito boa sobre o candomblé, fizeram uma pesquisa, até baseado num artigo nosso, que também você pode encontrar lá na internet.

O professor Y:

Olha, essa Feira de Ciências da gente, foi muito interessante e agora a Consciência Negra, ela vai ter um foco muito legal. Porque, a homenagem é das mulheres, então você faz um recorte aí muito interessante no interior, da questão étnico racial, você traz mulheres negras. Mas, aí eu vou aproveitar, pra fazer um parênteses, a questão indígena né? Por exemplo, a comunidade local ela perdeu historicamente esse lugar do índio, o índio é uma figura idealizada né? Você não tem essa figura de sujeito aqui no Recôncavo, agora é claro como você tem demandas no âmbito nacional que traz a temática indígena como demarcação de terra, como conjuntos de direitos.

É muito importante a comunicação entre as escolas e as universidades, como mencionado pelo professor X. São avanços significativos trazer professores universitários ao convívio da realidade escolar, por meio da divulgação e trocas de saberes e aprendizagem, transmitindo também para a comunidade local.

A sétima questão foi norteadada sobre o apoio do poder público, os professores apontaram que a escola estadual recebe apoio financeiro do Estado e da Prefeitura Municipal.

Professor X

Desde de nosso primeiro projeto de consciência negra que a gente realiza, o governo do Estado, ele apoia, agora o quer que acontece, ele exige de nós um projeto todo sistematizado. Aí, a gente sistematiza esse projeto com os objetivos, justificativa, com metodologia, com cronograma, com a questão do aporte financeiro, tudo isso. Esse ano mesmo, ele já sinalizou o recurso pra gente trabalhar.”

“E também tem apoio do poder municipal, né? Nos apoia do ponto de vista logístico, financeiro não né, mas logístico ele nos apoia.

Dando continuidade, a oitava questão remete a comemoração do dia 20 de novembro na escola. O professor X descreve os principais pontos trabalhados na instituição escolar:

Professor X:

Então, o que é que acontece? Todo ano a gente tem uma temática viu, essa temática ela é discutida entre os professores se produz um projeto, todo sistematizado. E aí essa temática é dividida em subtemas, por exemplo. Esse ano a gente vai trabalhar com mulheres negras, mulheres negras no Brasil, resistência, protagonismo, e empoderamento, a ideia é trabalhar resistência na perspectiva do século XVII, XVIII e até o século XIX essa resistência. A ideia de Dandara, de Luisa Mahin, de Chica da Silva, mulheres que resistiram a escravidão, e o protagonismo trabalharam século XX, mulheres que fizeram coisas na sua época, ainda era muito marginalizado pra mulheres negras, há exemplo de Ana Carolina, Maria de Jesus, né? Um destaque a identidade, e no século XXI, a gente trabalhar esse conceito de empoderamento, mulheres que agora estão atuando na política, que assumem cargo de confiança, cargos políticos.

Professor Y:

É um ponto alto da escola viu, um ponto alto, mobilização total, cem por cento do envolvimento dos estudantes. Claro, você tem desde o início da minha fala, eu venho batendo essa tecla, currículo é um campo em disputa, de intencionalidade, de intencionalidade (correção do professor), dito isso é óbvio que isso também vai se apresentar, no âmbito dessa escola, então as pessoas que estão envolvidas diretamente neste processo pedagógico tem que fazer também. Se todo projeto que a gente escreve, precisa de uma apresentação, justificativa, objetivos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação há a inclusão a partir de 2003 do dia 20 de novembro, como o Dia da Consciência Negra, tornando essa data importante para caracterizar a luta do povo negro. Em Governador Mangabeira foi decretado feriado na presente data, uma

maneira simbólica de destacar a relevância da História e Cultura Afro-Brasileira. Muitas pesquisas e atividades estão voltadas para representatividade da Consciência Negra nas escolas.

Sobre a nona questão, pergunta-se se os professores X e Y sobre a formação profissional na área específica em questão.

Professor X:

História e especialização em Cultura Afro. Estudei na UEFS, fiz História Regional na UNEB e fiz História Afro na FAMAM e na UFRB. (2019)

O professor Y:

Tenho mestrado nessa área, e também na época da graduação, na UEFS, eu já vinha desenvolvendo atividades na irmandade religiosas e também com religião de matriz africana.

Sendo assim, os professores que participaram da pesquisa procuram aprimorar esse conhecimento, incorporando ao aprendizado dos alunos, incentivando a ser participativo na sociedade, com inserção de práticas vivenciadas durante o curso de pós-graduação. Dessa maneira, acabam fazendo o diferencial na realidade escolar e na vida dos alunos, abrangendo o olhar crítico e reflexivo do panorama atual.

Na décima questão, quando se pergunta sobre a sua própria identificação étnica e como essa definição interfere na vida social, as respostas são bem significativas com a contextualização do campo de atuação dos professores entrevistados.

Professor X:

Olhe é (pausa), eu me considero negro né. E é na verdade! Isso tem, esse reconhecimento quanto o negro tem contribuído pra minha autoafirmação, pra meu conhecimento enquanto pessoa. E também de uma questão ideológica de eu estar buscando cada vez mais contribuir pra essa valorização da História e cultura afro. Acho que a minha identidade enquanto negro, tem contribuído pra o quê? Pra reconhecer a importância do povo negro, é na História do Brasil, sabe? E também, do ponto de vista cultural. É, então, lógico que isso não é fácil, isso foi aos poucos, a gente foi construindo isso, e hoje eu vejo a importância da gente estar estudando essas temáticas pra esse reconhecimento.

O professor X ressalta que, no ato da matrícula, os pais sentem-se inseguros em auto afirmarem como negros, afinal, somos oriundos da miscigenação e colonização de escravos e indígenas, ou seja, a maior parte da população são afrodescendentes. É muito importante,

reconhecer sua identidade, suas origens do antepassado, a cultura, e a integração na sociedade vigente.

Professor X:

Eu acho que isso, é uma outra questão muito séria, que a gente tem que trabalhar, é também com os meninos, porque eu fiz uma pesquisa sobre a matrícula, sabe? E alguns, não se colocam como negro, há muito ainda a ideia do pardo, entendeu? Muito a ideia do pardo. E aí, na hora de os pais que vão matricular, os pais ficam em dúvida, meu filho é o quê? É preto ou pardo? E aí, há muita opção por pardo, mesmo que o IBGE hoje já considere que pardo e preto sejam a mesma coisa. Mas de qualquer forma ainda se trabalhar porque não dizer que é negro? E não pardo, né? E isso aí, é uma questão histórica lá do passado, porque tudo que vinha do negro era marginalizado. Então, essa ideia, acho também que a gente precisa desconstruir entre os meninos, mas eu não tenho nenhuma vergonha, sabe? De mim considerar e me auto afirmar enquanto negro, e sou defensor dessa questão.

Professor Y:

Eu me auto declaro negro, tá bom. E, do ponto de vista, da cidadania civil, política, e social, é um diferencial muito grande, porque a medida que você passa para o auto declaratório, você tem uma intencionalidade ao nível de construir identidade muito forte. Então, são suas marcas né? Uma maneira como você chega, você diz, e as bandeiras que você luta.

A discussão enquanto a definição étnico-racial não é simplesmente um mero diálogo, envolve todo um processo histórico e cultural da sociedade. Debater sobre esse tema é bastante relevante na construção da aprendizagem, requer um estudo sobre as características distintas de cada ser:

[...] por mais que a comunidade negra desenvolva, historicamente, estratégias de resistência e de combate ao racismo e à discriminação racial, tenho de admitir que a formulação de um olhar “desencontrado” do negro em relação a si mesmo, à sua raça e à sua cultura invade os espaços sociais frequentados por esse sujeito, o que implica, muitas vezes, para o negro e para a negra, uma aceitação parcial do conteúdo da proposição racista e a rejeição à história inscrita no seu corpo. E mais, esse processo pode resultar na rejeição de elementos do corpo que passaram a ser considerados como os que mais atestam o pertencimento à raça negra. Desses, os principais são a cor da pele e o cabelo (GOMES,2008, p.129).

É importante buscar, principalmente, nos espaços educacionais a representatividade da identidade, caso em que o professor X justifica a aceitação dos jovens em se assumir quanto negro, através do cabelo, vestimentas, turbantes, dentre outros, que caracterizam a cultura Afro-Brasileira e Indígena. No entanto, traz uma realidade da intolerância religiosa, ou seja,

um processo que ainda precisa de uma vasta demanda de conceitos e atividades voltadas ao respeito da religião matriz africana.

7. Considerações Finais

A partir dos estudos e concepções acerca da implantação da lei nº10.639/03, que posteriormente, foi modificada para lei nº11.645/08 observa-se alterações significativas no contexto educacional, principalmente, na obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, um marco importante na alteração do currículo escolar.

A análise feita por meio da entrevista com dois professores de História do Ensino Médio contribui para verificar a aplicabilidade dessas leis em sala de aula, de forma interdisciplinar no currículo escolar, dando destaque, em especial, nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Indígenas" (BRASIL, Lei nº 11.645, de 10/03/2008). Conforme o esperado está sendo realizada a mediação desses conteúdos tanto em sala de aula, como extraclasse e com atividades complementares ao calendário educacional.

Dessa forma, as práticas pedagógicas dos professores contribuem para um ensino justo e igualitário, mostrando as construções e formação desde o tempo da Escravidão no Brasil, entendendo a História como processo formativo de aprendizado para os cidadãos, desde a educação básica. Falar da representatividade das origens, crenças, etnias e cultura da população africana exige do professor uma sabedoria e integração desse tema com os seus alunos, enfatizando a realidade das escolas brasileiras e o preconceito ao inserir esse contexto nas aulas.

Ressalta-se a necessidade da reflexão sobre as desigualdades sociais e a discriminação racial, a importância da religião de matriz africana, suas influências na culinária, vestimentas, danças, músicas, cultura e outras contribuições para a sociedade. Para tanto, o educador precisa da capacitação e visão do mundo ao redor, junto à comunidade, no contexto social em que está inserido.

Estudar a “História e Cultura Afro-Brasileira” é expandir o aprendizado para com as pluralidades dos povos e nações, a interdisciplinaridade em um conjunto de fatores e seguimentos históricos. Isso encontra-se entrelaçado nas origens e interligado às disciplinas vigentes: os saberes da Geografia e Ciências, as conexões entre a natureza e o corpo humano. A Literatura e Artes são contribuições riquíssimas, as primeiras formas de contato e manifestação do conhecimento.

É importante discutir a identidade e princípios da cidadania, compreender o processo de implementação da Lei nº 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08 nas escolas e sala de aula da Educação Básica, através de um projeto e trabalho curricular que atenda a temática durante todo o ano letivo, com metodologias e práticas que preencham as necessidades para desenvolver um excelente trabalho e incluir no calendário escolar o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Inserir o estudante na realidade social é um caminho nesse processo de mudança como, por exemplo, proporcionando atividades de lazer que tragam a identidade negra. Para isso, são necessários recursos e uma direção escolar que colabore e incentive práticas voltadas ao gênero da matriz africana, por meio do PPP (Projeto Político Pedagógico) e Grade Curricular, tendo representações sociais juntamente com os pais e órgãos competentes.

O desafio é construir novas abordagens para a temática africana e afro-brasileira, capaz de promover uma reeducação das relações étnico-raciais, tendo como parâmetro a positivação da identidade negra e de valorização das culturas africanas. Isso exige dos professores um aprimoramento e capacitação dessa temática no ensino, para tal é correto ampliar a vigência além das disciplinas História, Artes e Literatura, fazer a integração por meio da interdisciplinaridade entre Geografia, Ciências, Cidadania, Filosofia, Sociologia e Informática (através de pesquisas).

Sendo assim, é fundamental a qualificação acadêmica dos profissionais de educação, para desenvolver atividades escolares que valorizem o Movimento Negro, contextualizando a realidade do aluno. A escola pode promover palestras e projetos que efetivem a Lei nº10.639/03 e nº 11.645/08, construindo saberes e aprendizagem, por meio do diálogo e conhecimento.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei 11.645** de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm>. Acesso em: 22. Nov. 2019.

_____. **Lei n.º 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11645.htm>. Acesso em: 22. Nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em: 22. Nov.2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (S.T.F). **A Constituição e o Supremo**. 3ª ed. Brasília: Secretaria de Documentação, 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Brasília (DF):MEC, 1998. pp.13 – 103.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMPELO, Maria Estela Costa H. **Alfabetizar Crianças – Um Ofício, Múltiplos Saberes**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

_____. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

LAVILLE, Christian. **A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.19, n.38, ,1999. p.125-138.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil: história, realidades, problemas e caminhos**. 2.ed., Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. (Coleção Viver, Aprender). São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR. Editor Produtor, 2002.

RUSEN, Jorn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência Histórica**. Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 1995.

_____, Petronilia Beatriz G. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras: Superando o Racismo na Escola.**: Ministério da Educação, Brasília-DF, 2005.

_____. Movimento Negro Brasileiro e sua Trajetória para Inclusão da Diversidade Étnico-racial. **Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.11, n.17, jan./jun., 2002. p. 139-151,

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Políticas raciais compensatórias: o dilema brasileiro do século XXI.** São Paulo, 2002.